



PERÚ

Ministerio
de Comercio Exterior
y Turismo

CARTILHA DE EXPORTAÇÃO DE MASSAS PARA O BRASIL



PROCEDIMENTOS DE EXPORTAÇÃO PARA O BRASIL

REQUERIMENTOS SANITÁRIOS

• Licença de funcionamento (Importador)

As empresas brasileiras que importem mercadoria sob vigilância sanitária devem estar registradas no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária antes da importação. O importador deve obter a Licença de funcionamento (Licença sanitária) perante o órgão sanitário do Estado ou Município onde a empresa está localizada.

• Registro Sanitário do Produto

Para o caso das massas alimentícias (massas), eles não precisam de registro sanitário no Brasil, o importador só deve apresentar o formulário de pedido de importação perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Estado onde o produto vai ser comercializado.

• Regulamentos Técnicos

As massas alimentícias estão regidas pela Resolução do Diretório Colegiado – RDC N° 263 do 22/09/2005 que estabelece o Regulamento Técnico para Produtos derivados dos cereais, amido, farinhas e farelo.

Os referidos padrões estão disponíveis no portal da ANVISA:

<http://portal.anvisa.gov.br>

• Cumprimento dos padrões microbiológicos

A Resolução ANVISA RDC N° 12/2001 indica as tolerâncias dos microrganismos presentes nas amostras para ser aptos para o consumo humano. As referidas informações estão disponíveis no site da ANVISA:

http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/a47bab8047456b909541d53fbc4c6735/RDC_12_200.pdf?MOD=AJPRES

• Aditivos para alimentos

A relação de aditivos permitidos está em conformidade com as Boas Práticas de Manufatura e com a norma da União Europeia.

A norma de aditivos para alimentos está disponível no site web da ANVISA:
<http://portal.anvisa.gov.br>.

• Rotulagem de Alimentos Processados

A rotulagem de alimentos está regida pela Resolução RDC N° 259/2002. Essa rotulagem deverá conter obrigatoriamente as informações a seguir apresentadas:

- Denominação do produto.
- Relação de ingredientes.
- Conteúdo líquido.
- Identificação da origem (nome do fabricante ou produtor, país origem, N° de registro).
- Dados do importador (razão social, endereço, telefone, etc.).
- Data de validade.
- Lote.
- Instruções de preparação se forem o caso.
- Tabela nutricional.
 - Os produtos alimentícios industrializados como as massas devem conter nos rótulos e materiais de promoção a seguinte advertência, se for o caso:
Contém / não contém glúten.

Além disso, o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Processados estabelece as recomendações a seguir para a rotulagem dos alimentos processados:

- O rótulo não deve usar palavras, signos, nomes, ilustrações, dentre outros, que poderiam dar informações falsas, inexatas ou que possam induzir erro ou causar confusão no público.
- As informações do rótulo não deverão atribuir efeitos ou propriedades que não tenham ou que não possam ser demonstrados.
- Não deverão destacar a presença ou a ausência de componentes que sejam próprios da natureza dos alimentos, exceto nos casos previstos em determinadas Regulamentações Técnicas.
- Não deverão destacar qualidades que possam induzir erro relativo às propriedades terapêuticas reais ou hipotéticas de alguns componentes que tenham ou que possam ter se são consumidos em quantidades diferentes das que se encontrarem nos alimentos ou se fosse consumidos na sua forma farmacêutica.

Nota: Os produtos importados devem ter a tradução para o português com essas informações.

LICENÇA DE IMPORTAÇÃO

PA. 1902.11.00 Licenciamento não automático das importações requerido.

PA. 1902.19.00 Licenciamento não automático das importações requerido.

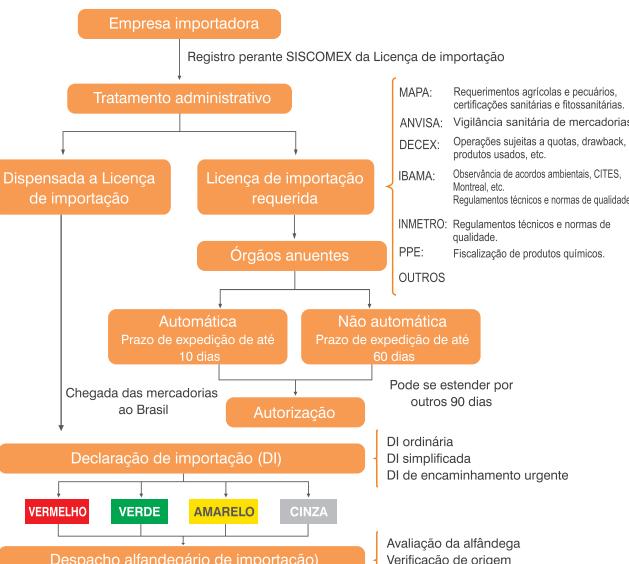
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (22/07/2013).
http://mdic.gov.br/arquivos/dwml_1388488166.pdf (27/12/2013)

Procedimento para pedir o Licenciamento não automático das importações:



Importante:
A Licença de importação deve ser solicitada pelo importador antes do embarque. No caso de importação de massas, a aprovação apenas ocorrerá após a fiscalização na fronteira pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

PROCEDIMENTOS DE IMPORTAÇÃO E LIBERAÇÃO DA ALFÂNDEGA NO BRASIL



Fonte: Brasil – Guia prática para exportar – MINCETUR 2010

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

Para exportar para o Brasil (Exportador)

- Nota fiscal comercial original.
- Relação de embalagem.
- Documento de transporte: carta de transporte internacional no caso do transporte rodoviário.
- Documento de transporte: declaração internacional de carga, no caso do transporte rodoviário.
- Declaração única de alfândega (Declaración Única de Aduanas).
- Certificado sanitário de DIGESA.

